

CADERNO DE FORMAÇÃO



PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO ESCOLAR

*AVALIAR E PLANEJAR
PARA DEFENDER A CATEGORIA
E A EDUCAÇÃO PÚBLICA*

FEVEREIRO 2024

AVALIAR E PLANEJAR PARA DEFENDER A CATEGORIA E A EDUCAÇÃO PÚBLICA

Caros Professores e Professoras:

Oferecemos este Caderno de Formação – Planejamento e Avaliação Escolar 2024 para contribuir com o processo de planejamento que se realiza anualmente na rede estadual de Educação do Estado de São Paulo. Representa uma oportunidade de a APEOESP apontar alguns elementos que devem ser considerados na luta em defesa dos direitos da nossa categoria, dos/as nossos/as estudantes e demais envolvidos com a comunidade escolar, dos direitos das comunidades nos diversos territórios do Estado, e por uma Educação Pública, Gratuita, Universal e de Qualidade socialmente referenciada.

Continuamos a enfrentar o desmonte da educação pública, conduzido por 35 anos pelos governos do PSDB e, em 2023, assumido escancaradamente por Tarcísio/Feder em um projeto privatista, elitista, excludente e autoritário. Compreender essa conjuntura nos ajuda a nos posicionarmos perante o processo de avaliação e planejamento em 2024, pois os movimentos dos atores sociais interfere diretamente no trabalho docente, em sua qualidade de vida e nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

Apresentamos também, de modo reflexivo e com algumas ferramentas para aplicação, o processo de Avaliação e Planejamento como inclusão para aprender e se desenvolver nos percursos da vida. Ressaltamos alguns pontos de atenção para 2024, como a realização da CONAE e as eleições municipais.

Uma ótima leitura e reflexão coletiva com um planejamento que resulte em bons frutos inclusivos!

Bom ano letivo a todas e todos!

Unidos, somos mais fortes!

Diretoria da APEOESP

*O DESMONTE
DA EDUCAÇÃO
PÚBLICA EM SÃO
PAULO IMPACTA O
PLANEJAMENTO
ESCOLAR*

Vivemos no Estado de São Paulo um período de implementação de políticas que aprofundam o desmonte da Educação pública e dos direitos dos profissionais da Educação e de negação dos direitos educacionais das crianças e das juventudes que frequentam as escolas públicas.

Corte de verbas, municipalização, imposição de programas excludentes, como o Programa de Ensino Integral (PEI), falta de condições adequadas para o processo de ensino e aprendizagem, fechamento de classes, digitalização do processo educativo, chegando ao ponto de tentarem desligar a rede estadual de ensino do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), desestruturação da carreira do magistério e, neste ano de 2024, um processo de atribuição de aulas ainda mais caótico para os professores contratados de forma precária como “categoria O”, que são metade da categoria, não são medidas isoladas e sim uma política de governo.

Neste texto busca-se, sem pretender esgotar o assunto, apontar elementos para compreendermos o que está em jogo no Estado de São Paulo, para que professoras e professores, por ocasião do planejamento escolar de 2024, possam se preparar para defender mais e melhor a Educação pública e os direitos da nossa categoria.

O projeto ultraliberal de desmonte da Educação pública

Durante a campanha eleitoral de 2018, os apoiadores da candidatura de Jair Bolsonaro declararam insistentemente que empreenderiam a partir do poder central uma guerra ao “marxismo cultural” que, segundo eles, estaria presente em diversos espaços da vida social, sobretudo nas universidades e escolas públicas.

Na realidade, o governo Bolsonaro buscou sob diversas formas institucionalizar ações que já vinham sendo desenvolvidas pelo movimento escola sem partido e pelos defensores das escolas cívico-militares, contra a suposta “doutrinação marxista” e os “desvios” que estariam sendo cometidos principalmente por professores e professoras vinculados à comunidade LGBTQIA+ dentro do sistema educacional, visando solapar os valores da Pátria e da Família e, por essa via, as próprias bases da sociedade capitalista.

O que se viu durante o governo Bolsonaro, mas também no estado de São Paulo, com o governo Doria/Rossieli, assim como em outros entes federados, foi o contínuo e sistemático ataque à Educação pública, por meio de medidas destinadas a reduzir ao máximo seu financiamento, retirar a liberdade de cátedra dos professores, desprofissionalizar o exercício do magistério, empobrecer o currículo e disseminar na sociedade a ideia de que a Educação pública estaria totalmente comprometida pela ação deletéria de grupos marxistas, o que exigiria ações enérgicas de controle e depuração por parte do Estado e da sociedade.

De fato, parte da sociedade se engajou na cruzada contra o “marxismo cultural”, por meio de iniciativas como a gravação e disseminação de trechos de aulas nas redes sociais para “demonstrar” a doutrinação de esquerda em escolas e universidades públicas. Houve episódios de intimidação de professores e professoras, por vezes chegando ao limiar da agressão física, envolvendo até mesmo pais e mães de estudantes. Também houve aumento de casos de assédio moral, que muitos governantes adotaram como política de gestão nas redes de ensino.

APEOESP à frente da resistência

Isso não ocorreu sem resistência da sociedade, o que refreou, até certo ponto, a expansão dessas políticas e atitudes intimidatórias. A APEOESP teve papel importante nesse processo de resistência e enfrentamentos, desde bem antes da vitória eleitoral de Bolsonaro.

Fomos uma das primeiras entidades a lançar, em 2016, uma campanha contra o movimento escola sem partido, denominada “Cala a boca, não! – contra a farsa da escola sem partido – pela pluralidade de ideias e concepções pedagógicas”. Atuamos em municípios cujas Câmaras Municipais estavam em vias de aprovar legislações baseadas nas propostas deste movimento de extrema direita e conseguimos vitórias em todos eles.

Em relação ao corte de verbas da Educação, realizado por Jair Bolsonaro no início de seu mandato, a APEOESP tomou a iniciativa de reunir dezenas de entidades na Casa do Professor para organizar o grande ato que reuniu milhares de professores, estudantes e demais segmentos da comunidade escolar e da sociedade na Avenida Paulista no dia 15 de maio de 2019. No dia 30 daquele mesmo mês outra grande manifestação ocorreu no Largo da Batata.

Nossa intransigente defesa da vida

De certa forma, o advento da pandemia de Covid 19, que chegou ao Brasil no início de 2020, refreou um pouco o ímpeto dessa ofensiva contra a Educação e seus profissionais. O obscurantismo bolsonarista assumiu outras faces: negacionismo, “guerra às vacinas”, a campanha caluniosa e violenta contra o distanciamento social. Políticas deliberadas do governo Bolsonaro produziram o trágico resultado de 700 mil brasileiros e brasileiras mortos pela Covid-19. Projeções conservadoras estimam que pelo menos 400 mil dessas mortes poderiam ser evitadas com a compra de vacinas no momento adequado.

A Educação, educadores e estudantes não deixaram de ser alvos. Em São Paulo a tentativa de reabrir as escolas para aulas presenciais em pleno auge da pandemia mostrou o desprezo do governo Doria/Rossieli pela vida de professores, funcionários e estudantes, em contradição com o discurso oficial. Mais uma vez, nossa resistência, sob o comando da então Presidenta e Deputada Estadual Professora Bebel, impediu uma tragédia. Por meio de caminhadas, encontros virtuais, greve e outras formas de protestos, conseguimos adiar durante meses a volta às aulas presenciais. Com nossa luta, salvamos um número inestimável de vidas.

Desenvolvemos uma ampla campanha de solidariedade por meio das subse-des aos segmentos mais vulneráveis da nossa categoria – professoras e professores da categoria O e eventuais – e outros segmentos sociais. Também fomos a primeira entidade a reivindicar e conquistar a vacinação prioritária aos profissionais da Educação, abrindo caminho para essa conquista em nível nacional.

Ataques em meio à pandemia

Em paralelo, o Governo Doria/Rossieli avançava nas políticas de cerceamento da liberdade de ensinar e aprender, de sufocamento do debate e da diversidade, na desvalorização profissional e destruição da carreira, na tenta-

tiva de proliferação de escolas cívico-militares (que conseguimos derrotar em diversos municípios), na expansão de programas excludentes como o Programa de Ensino Integral (PEI), e na implementação da reforma do ensino médio, que esvaziou a Formação Geral Básica, retirou conhecimentos fundamentais para a formação da juventude – como as disciplinas de sociologia, filosofia e arte – entre muitos outros ataques. Nunca deixamos de denunciar e enfrentar cada uma dessas políticas.

Durante a pandemia, o descaso para com os direitos educacionais de nossas crianças e jovens ficou patente na improvisação do chamado Centro de Mídias e consequente exclusão de milhares de estudantes que não tinham acesso aos meios digitais. Nossa entidade propôs que a SEDUC utilizasse meios de comunicação de massa (rádio e TV) para, ao menos, transmitir todo conhecimento possível e manter atividades educativas aos 3,5 milhões de estudantes da rede estadual de ensino, mas a proposta foi simplesmente ignorada pelo Governo. O mandato da Deputada Professora Bebel desenvolveu uma experiência piloto de contação de histórias em rádios comunitárias. Projeto neste sentido foi protocolado pelo mandato na ALESP.

Impactos da pandemia na Educação

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi, por encomenda da APEO-ESP, indicou o quanto foi desastrosa a atuação da SEDUC na pandemia. De acordo com o texto que acompanha a divulgação da pesquisa:

“Segundo os dados da pesquisa que agora disponibilizamos, 49,2% dos professores afirmam que trabalham mais dando aulas pela Internet. Na Região Metropolitana de São Paulo, o número de professores que lecionou além da sua jornada é ainda maior: 67,3%. Por nível escolar, os docentes do ensino médio foram os que mais fizeram horas extras: 53,9%.

Em contrapartida, os estudantes não estudaram mais. Segundo 87,3% dos pais e 84,1% dos alunos de ensino médio, as horas dedicadas ao estudo foram menores do que o normal. Ainda entre os pais, 51,1% afirmaram que os filhos ficaram apenas de 2 a 3 horas na aula por dia, e 24,3% só 1 hora.

O acompanhamento educacional pela escola, que colaboraria para atrair o interesse do estudante, não funcionou. Professores (83,2%), pais (69,8%) e alunos do ensino médio (64,9%) afirmam que o acompanhamento do desempenho dos estudantes pela escola foi insuficiente. O suporte, quando existiu, foi feito pelo WhatsApp pelo número privado do professor ou por meio de ligações telefônicas da escola avisando a data para buscar material didático, mas em índices muito baixos.

O resultado é um prejuízo enorme ao desempenho dos estudantes, na opinião da maioria dos professores (65,6%), pais (63,5%) e alunos do ensino médio (62,6%).

Os resultados da pesquisa são claros: professores, pais e estudantes foram totalmente abandonados neste processo. Cabe ao governo do Estado, no mínimo, apresentar um plano consistente de recuperação da aprendizagem. Mas, até agora, não se tocou

no assunto. Há uma pressa para o retorno às aulas presenciais, porém, sem qualquer planejamento”.

Os problemas na rede estadual de ensino transcendem aqueles trazidos pela pandemia. Eles são estruturais e derivam de uma determinada concepção de Educação pública.

No capitalismo, a Educação não é libertadora

Para compreendermos o que está na essência da “guerra cultural” ou “guerra ao marxismo cultural” e os ataques à educação realizados pelo bolsonarismo e outros segmentos da burguesia ultraliberal, é preciso discutir a natureza e o papel da Educação como projeto de libertação e de progresso econômico, cultural e social versus Educação como ferramenta de perpetuação do sistema capitalista.

Em sua obra basilar, *Pedagogia do Oprimido*, traduzida em mais de vinte línguas (500 mil exemplares apenas na língua inglesa), o mestre Paulo Freire definiu a Educação como um ato político, que liberta os indivíduos por meio da

“(…) consciência crítica, transformadora e diferencial, que emerge da educação como uma prática de liberdade”.

Desta forma, defende uma educação que incentive a criticidade do aluno, indo muito além do português e da matemática, das competências e das habilidades, tão ao gosto do “mercado de trabalho”.

Para Freire,

“(…) a educação libertadora e problematizadora só pode se constituir num processo no qual educador e educando aprendem juntos”.

E ele destaca que

“(…) não é a educação que forma a sociedade de uma determinada maneira, senão que esta, tendo-se formado a si mesma de certa forma, estabelece a educação que está de acordo com os valores que guiam essa sociedade”

Desta forma, é impossível compreender tudo o que diz respeito à Educação na nossa realidade atual, e nesse contexto as políticas governamentais e os valores que a sociedade a ela atribui, sem considerar que vivemos sob o modo de produção capitalista.

Vejamos o que dizem as pesquisadoras Claudimary Moreira Silva Oliveira, da Universidade Federal de Goiás, e Luciene Lima de Assis Pires, do Instituto Federal Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás, sobre a Educação no sistema capitalista:

“Se com o trabalho o homem transforma o mundo para a satisfação de suas necessidades, transformando assim a si mesmo nos objetos que produz, em mercadoria, nesse processo a cada dia é necessário que sejam desenvolvidas novas habilidades e conhecimentos a serem (...) tornados universais. Os saberes precisam ser repassados e socializados para as novas gerações e nesse processo a educação serve para repassar o saber historicamente acumulado, mas serve também para promover formação de pessoas, podendo estar a serviço do capital e/ou a serviço dos homens.”

O papel da educação no sistema capitalista é o de promover o desenvolvimento econômico e, nesse sentido, a educação também se constitui em capital, em meio de produção que visa contribuir para o aumento das taxas de lucros. Assim, nesta perspectiva, o conhecimento está relacionado com o trabalho, mesmo que não seja visto como trabalho. E o conhecimento está diretamente relacionado com a concretização do trabalho.”

Dizem, ainda, as pesquisadoras:

“Para Marx, no modelo capitalista de produção, professores e alunos são considerados nos termos daquilo que são capazes de produzir. Em outras palavras, poderia se dizer que os professores podem ser considerados ao mesmo tempo como trabalhadores e como mercadorias em produção. Na escola, o aluno tem também um potencial de trabalho. A escola representa a vida fora dela e neste processo os alunos são reduzidos a mercadorias a serem vendidas no mercado. Assim, os seus valores são definidos pelas suas características como capacidade, disciplina, interesse, inteligência.

Na forma de produção capitalista o trabalho manual é separado do trabalho intelectual e isto traz como consequência à diferenciação em relação ao acesso ao trabalho assalariado. E neste processo, o conhecimento frequentemente é limitado, especializado demais, é abstrato e sem relação com a vida e desta forma os alunos não podem usá-lo.

Sob esta ótica a educação em uma sociedade capitalista tem a função de atender às necessidades do capital no que se refere a sua expansão e acumulação em que produção de riquezas não é para o homem porque o que é produzido não é para o coletivo é somente para alguns que são os proprietários dos meios de produção”.

O desmonte da Educação pública é um projeto político

Não há, portanto, incoerência ou “erro” na aplicação dos projetos que os Governos Temer e Bolsonaro aplicaram à Educação brasileira e que sucessivos Governos estaduais vêm aplicando à Educação pública no Estado de São Paulo, destacadamente os Governos Doria/Rossieli Soares e Tarcísio de Freitas/Renato Feder. Trata-se de um projeto de esvaziamento do caráter libertador da Educação e a maximização de sua função econômica (ferramenta de reprodução do capital) e doutrinária, no sentido da disseminação e perpetuação dos interesses da classe dominante.

Para que tal projeto tenha sucesso, é preciso esvaziar o papel do professor, como intelectual, produtor de conhecimento, indutor da construção da autonomia intelectual dos estudantes, para que possam compreender a sociedade em que vivem e tomar decisões próprias sobre seu próprio futuro e sobre o futuro de sua comunidade, de seu estado e de seu país. O professor e a professora precisam ser dominados, alienados de seu próprio trabalho e transformados em peças de uma engrenagem que dirigida de fora e acima da escola. É desta forma que as políticas educacionais são impostas aos profissionais da Educação e aos estudantes em blocos fechados, sem possibilidade de qualquer tipo de di-

álogo e participação pelos Governos ultraliberais, assessorados por Fundações, Consultorias e Centros de Formação não apenas alinhados, mas estruturados e financiados por grupos empresariais que, além de tudo isso, ainda são aquinhoados com recursos públicos e participação direta e indireta na gestão de Secretarias da Educação e até mesmo de unidades escolares.

Por um ensino médio que atenda os interesses dos filhos e filhas da classe trabalhadora

O projeto ultraliberal para a Educação requer esvaziar a escola de seu papel na formação cultural, ética, científica e cidadã, sobretudo da juventude. Por isso o ensino médio é o alvo preferencial. Daí se compreende o peso dado pelo Governo de Michel Temer na imposição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio – que conseguimos barrar com nossa mobilização em São Paulo e só veio a se concretizar no Governo Bolsonaro. Daí se pode compreender também a imposição da reforma do ensino médio e a verdadeira operação de guerra da direita, aliada à Fundação Lehman e movimentos como o Todos Pela Educação para derrotar o projeto do Governo Lula que recupera, em parte, a carga horária e se aproxima um pouco da concepção de ensino médio que defendemos. Foi um enorme erro do Governo Federal permitir que a relatoria do projeto fosse destinada ao Deputado Federal Mendonça Filho, Ministro da Educação no Governo Temer. Com mobilização, conseguimos adiar a votação na Câmara dos Deputados para o início de 2024. Essa será uma batalha central em defesa de um ensino médio que atenda os interesses dos filhos e filhas da classe trabalhadora.

Slides em lugar de livros: formatação das mentes para matar o espírito crítico

Não se discute o importante papel auxiliar das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo ensino-aprendizagem. Não se pode conceber a Educação dissociada dos avanços tecnológicos para a pesquisa, o estudo e processos pedagógicos mais dinâmicos e atrativos para professores e estudantes. Hoje, a informação é transmitida praticamente em tempo real. Mas atenção: nem sempre informação significa conhecimento. O processo educativo tem suas próprias dinâmicas, diferentes do mundo da comunicação.

O processo de ensino e aprendizagem é essencialmente uma relação de troca. Ele é dialógico, preferencialmente presencial, deve ser instigante e deve permitir o debate de ideias. A dúvida e a curiosidade são molas mestras do conhecimento. Sem elas, não haveriam descobertas científicas, não se atualizariam as teorias e as hipóteses e o mundo do conhecimento seria enrijecido por verdades imutáveis que terminariam por deter o desenvolvimento da humanidade até fazê-la retroceder.

Feder tentou eliminar o livro didático

Por mais críticas que se possam fazer em relação a uma certa “absolutização” do livro didático e dos livros de forma geral no processo ensino e aprendiza-

gem, não é possível ignorar o seu papel neste processo. Mesmo considerando seus limites, os livros didáticos possuem a importante função de sistematizar o conhecimento escolar e de ser um elemento mediador da prática pedagógica. Porém, ao considerar as limitações do livro didático, os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) recomendam que o professor utilize, além do livro didático, materiais diversificados (jornais, revistas, computadores, filmes etc.), como fonte de informação, de forma a ampliar o tratamento dado aos conteúdos e fazer com que o aluno se sinta inserido no mundo à sua volta. Hoje, evidentemente, com a Internet e o advento de novas tecnologias de comunicação e pesquisa, mais se torna necessário e desejável o uso de múltiplas fontes.

Não foi, porém, este o movimento que fez o Secretário da Educação, Renato Feder, logo no primeiro semestre de 2023, com poucos meses de gestão à frente da SEDUC. Empresário da área de tecnologia digital, ele simplesmente decidiu retirar a rede estadual de ensino do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), pelo qual a rede já tinha adquirido o direito de receber 10 milhões de livros, a um custo estimado de R\$ 120 milhões, para substituí-los por apostilas digitais e slides produzidos pela própria SEDUC. Nós nos mobilizamos contra esta decisão imediatamente. A Segunda Presidenta da APEOESP e Deputada Estadual, Professora Bebel, promoveu duas audiências públicas sobre o tema e nosso sindicato realizou uma grande manifestação em frente à sede da SEDUC no dia 16 de agosto de 2023. Na mesma tarde, o Governo anunciou que São Paulo permaneceria no PNLD.

Digitalizar para direcionar

Em que pese o recuo de Feder, a intenção de eliminar os livros didáticos e trabalhar apenas com material digital denota claramente a intenção de realizar um processo de ensino e aprendizagem aligeirado, esvaziado e dirigido de cima para baixo, no qual o professor e professora deixam de ser os principais agentes do processo para se tornarem quase que monitores de materiais digitais que lhes chegam prontos e formatados, filtrados pela cúpula da SEDUC, em “pílulas” digeríveis pelos estudantes, sem propiciar maiores questionamentos e dúvidas que impulsionem debates indesejáveis e, por essa via, novas descobertas no campo da produção do conhecimento. A escola deixa de ser espaço de interação, de construção de uma Educação “libertadora e problematizadora”, como quer Paulo Freire, para ser um vetor de transmissão de conhecimentos selecionados e autorizados pelo gestor educacional, sem espaço para o “marxismo cultural” ou qualquer outra forma de “desvio” no projeto educacional elaborado pelo Governo do Estado.

O escândalo provocado pela intenção de Renato Feder de retirar a rede estadual do PNLD foi tão intenso que forças políticas antagônicas, à esquerda e à direita, se uniram para condenar esse desvario. Jornais conservadores também se manifestaram. A repercussão negativa foi ainda maior porque, no mesmo período, diversos países, entre eles a Suécia, anunciavam a desistência da digitalização total de seus sistemas educativos e o retorno aos materiais didáticos impressos. Também o Relatório Global de Monitoramento da Educação, veiculado exatamente naquele período de 2023, destacava que a digitalização exagerada da Educação não apresentava ganhos na aprendizagem e beneficiava somente estudantes já privilegiados por suas condições socioeconômicas.

A videoaula é parte do mesmo projeto

Também é da mesma natureza a imposição da videoaula como fator de avaliação no concurso para professores na rede estadual de ensino em 2023; e mais ainda: com caráter eliminatório!

Em primeiro lugar, há um problema de concepção do próprio concurso. Um concurso público para professores deve avaliar a solidez de sua formação teórica para o exercício da profissão, o que pode ser apreendida por meio das provas objetiva e dissertativa. Uma videoaula não avalia, de fato, a aptidão e a experiência do/a professor/a. Pode avaliar, sim, sua capacidade para fazer vídeos, no que poderá ou não contar com a ajuda de outras pessoas, até mesmo profissionais. Por isso a APEOESP recorreu à justiça para que a videoaula fosse retirada do concurso. Perdemos a liminar, mas voltamos a ingressar na justiça contra o caráter eliminatório da videoaula, sobretudo considerando as gritantes falhas nas avaliações, que prejudicaram milhares de candidatos.

O importante aqui é constatar que o Governo do Estado de São Paulo busca novamente, com a videoaula, retirar o caráter dialógico do processo educativo, eliminar ou reduzir a interação e o debate entre professores e estudantes e reduzir, cada vez mais, a atividade em sala de aula à mera transmissão de conhecimentos pré-selecionados. Cada vez mais a Educação se tornaria uma atividade de treinamento e cada vez menos uma atividade educativa, no sentido freiriano da palavra. Em nome de combater a suposta “doutrinação” da esquerda, se institui o pensamento unidirecional e, neste sentido, cada vez mais a figura do professor se torna dispensável, abrindo campo para profissionais contratados por “notório saber”.

Com isso, cumprem-se dois objetivos simultâneos: barateia-se o custo do sistema educacional e realiza-se mais facilmente o controle ideológico de professores e estudantes em sala de aula.

A precarização da profissão docente e o projeto de “Estado mínimo”

Todos os projetos de redução do papel do Estado na sua função social passam, de uma forma ou de outra, pelo ataque à Educação pública. E o ataque à Educação pública passa pela redução ou eliminação de direitos de seus profissionais. No limite, chega à pura e simples privatização das escolas públicas. Por vezes, privatiza-se a gestão dessas escolas, por meio de parcerias, convênios ou contratação de consultorias e fundações.

O governo Tarcísio/Feder prepara a privatização de 32 escolas estaduais por meio de parceria público-privada. A própria construção das novas escolas já seria realizada com o objetivo de privatizá-las. Um escândalo que lutaremos para que não se concretize.

No momento em que esse texto é escrito, os governos Tarcísio e Nunes, prefeito de São Paulo, estão encaminhando a municipalização de 50 escolas estaduais, quando o Município de São Paulo sequer cumpre sua obrigação de garantir Educação Infantil (sobretudo creches) para todas as crianças. Ingressamos com ação na Justiça, mas, infelizmente, não obtivemos a liminar.

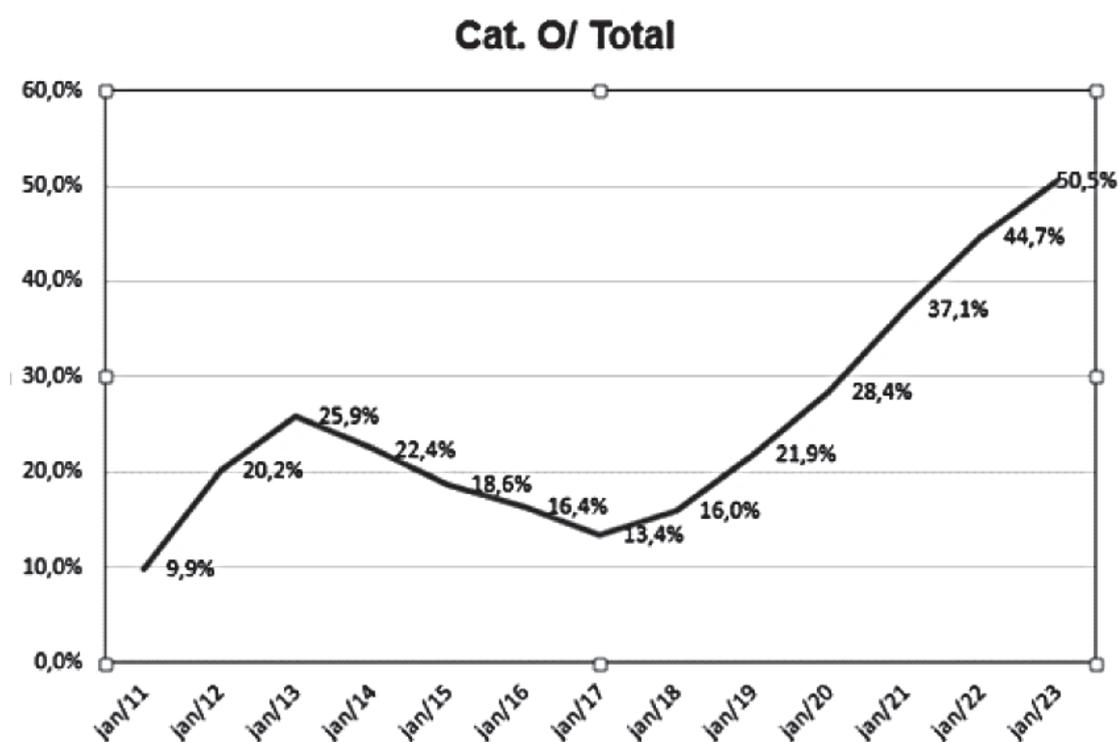
Essas medidas, e tantas outras, não buscam assegurar o cumprimento da

obrigação constitucional do Estado de garantir Educação pública de qualidade à população e sim pretendem “reduzir gastos”, ao mesmo tempo em que se impõem a professores e estudantes critérios de “eficiência” e “produtividade” aplicáveis a empresas privadas e não à Educação, sobretudo à Educação pública.

Essa mesma “redução de gastos” está na origem da precarização da contratação de professores na rede estadual de ensino, cuja evolução está expressa nas imagens a seguir. Destacamos que, em 2011, os professores da “Categoria O”, precarizados, representavam 9,9% do total de professores da rede estadual de ensino. Atualmente, são a maioria – 50,5% do total:

Mês/Ano	Efetivos	Categ. "F"	Estável	CLT	Categ. "L"	Categ. "O"1	Total	Cat. O/ Total	
Dez/11	116.526	68.514	1.408	4	11.884	21.776	220.112	9,9%	
Dez/12	117.586	63.586	948	2	6	46.165	228.293	20,2%	
Dez/13	116.101	60.112	743	2	2	61.880	238.840	25,9%	
Dez/14	138.671	54.232	569	2	2	55.733	249.209	22,4%	
Dez/15	128.996	50.319	363	1	2	41.058	220.739	18,6%	
Dez/16	124.074	46.449	242	1	-	33.400	204.166	16,4%	
Dez/17	127.193	41.801	174	1	-	26.083	195.252	13,4%	
Dez/18	121.353	37.295	113	1	-	30.224	188.986	16,0%	
Dez/19	112.831	32.821	74	1	-	40.817	186.544	21,9%	
Dez/20	104.904	29.829	46	1	-	53.560	188.340	28,4%	
Dez/21	98.407	27.108	33	1	-	74.137	199.686	37,1%	
Dez/22	92.731	25.137	23	1	-	95.336	213.228	44,7%	
Dez/23	93.975	24.683	21	1	-	121.065	239.745	50,5%	
Varição dez/2021 a dez/2022	%	1,3%	-1,8%	-8,7%	-	-	27,0%	12,4%	-
	Nº	1.244	-454	-2	0	0	25.729	26.517	-

Fonte: APEOESP.



Tal precarização, aliada à imposição da Lei Complementar 1374/2022 – com pagamento de subsídio e retirada de todos os adicionais e vantagens pessoais e das condições de progressão e evolução na carreira hoje existentes – significa um corte profundo na atratividade da carreira docente pública, que se manifestará com maior clareza no decorrer dos próximos anos, na medida em que se ampliará a diferença salarial entre o magistério e demais profissões com formação de nível superior, exatamente na contramão do que determina a Meta 17 do Plano Estadual de Educação e do Plano Nacional de Educação.

Um longo processo de luta e resistência

Este material não tem a pretensão de realizar um balanço da atuação da APEOESP, mas é importante destacar alguns elementos.

A partir de 2007, durante o governo Serra, aprofundou-se o processo de precarização do magistério na rede estadual. A APEOESP atuou fortemente contra a extinção do Instituto de Previdência do Estado e a criação da São Paulo Previdência, com aumento das contribuições previdenciárias.

Neste processo, com mobilização, conseguimos a permanência de 80 mil professores no novo sistema. Do contrário, seriam demitidos.

Em 2009, novamente o governo fez uma ofensiva contra os professores temporários, então contratados pela chamada lei 500. Criou a Lei Complementar 1093/2009, precarizando ainda mais a contratação dos temporários, que teriam contratos de apenas 11 meses, devendo cumprir um intervalo de 200 dias fora da rede para celebrar novo contrato, a duzentena. Seus direitos eram extremamente reduzidos. Esse segmento foi denominado pelo governo de “categoria O”.

Nas discussões no interior da ALESP, a então Presidenta da APEOESP, Professora Bebel, conseguiu negociar com o secretário da Educação, Paulo Renato Souza, a estabilidade para que aqueles 80 mil professores que permaneceram contratados em 2007. Este segmento passou a ser designado pelo governo como categoria F.

A APEOESP jamais concordou com a divisão da categoria em segmentos (A, F, O, S, V). Somos uma só categoria profissional. Todos nós trabalhamos arduamente para oferecer aos estudantes educação de qualidade. Todos merecemos respeito, valorização e salários dignos.

Por isso, nas ruas, nas escolas, na ALESP, nas regiões e também no judiciário, nunca deixamos de lutar pelos direitos de cada professor e professora, efetivos, estáveis, temporários, eventuais, da ativa e aposentados.

Ao longo dos anos, conseguimos:

- acabar com as provinhas para que professores da categoria F e O pudessem participar da atribuição de aulas;
- ampliar os contratos da categoria O de onze meses para três anos;
- garantir anualmente direitos como abono de faltas e férias, que só eram concedidos uma vez em todo o contrato;
- acabamos com a duzentena, tanto por meio de ação judicial quanto em lei votada na ALESP – e hoje lutamos para eliminar também a quarentena.
- em 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 conseguimos a prorrogação dos contratos

dos professores da categoria O. Em 2022 foram quase 50 mil empregos preservados, com uma lei votada por unanimidade na ALESP, articulada pela nossa Segunda Presidenta e Deputada Estadual.

Lutamos pela valorização de toda a categoria

A APEOESP luta pela valorização de todos os professores. Queremos que o piso salarial nacional seja pago de forma integral para toda a categoria, reajustando o salário base e não como abono complementar.

A carreira que queremos deve ser aberta, justa e atraente. Aos professores temporários devem ser garantidas condições dignas de contratação. De imediato, a extensão das condições de estabilidade da categoria F até que possam se efetivar por meio de concurso público.

Queremos a convocação de 100 mil candidatos aprovados, para preencherem todas as vagas.

A atribuição de aulas pela qual lutamos deve ser justa e transparente e os critérios para a classificação dos professores devem ser tempo de serviço (portanto, experiência) e títulos (valorizando a formação de cada um e cada uma).

Aliança com os estudantes, comunidades e movimentos sociais em defesa da Educação

Por todos nós, e também pelos nossos alunos e, mais ainda, pelos direitos educacionais de toda a sociedade, realizamos greves em 2010, em 2013 e, em 2015, a mais memorável de todas: noventa e dois dias nas ruas, dialogando com a população. Colocamos a Educação no centro das atenções e fomos a primeira categoria a lutar pela equiparação dos nossos salários com os demais profissionais de nível superior, articulando valorização salarial com a formação.

Naquele mesmo ano de 2015, estabelecemos a aliança estratégica com os estudantes e com os movimentos sociais, criando o Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo, liderando o vitorioso movimento contra o fechamento de escolas e apoiando os estudantes nas ocupações. Um marco histórico em defesa da Educação pública.

Hoje, aliados a esses mesmos movimentos, estamos em luta a intenção de Tarcísio de Freitas de cortar 10 bilhões das verbas na Educação, reduzindo a dotação orçamentária de 30% para 25%. Nossa arma é a PEC de iniciativa popular, na qual precisamos coletar 300 mil assinaturas de eleitores.

Para isso, precisamos do apoio e engajamento de todas e todos.

Também estamos aliados aos estudantes e aos movimentos populares para revogar a reforma do ensino médio, instituída pela Medida Provisória 746 de 2016. Não vamos permitir que um dos mentores da reforma do ensino médio – o deputado Mendonça Filho, ex-Ministro da Educação – desfigure a proposta do Governo Lula que está no Congresso Nacional para manter aquela reforma.

Em nenhum momento abandonamos os aposentados e aposentadas. Juntos, por meio de uma lei articulada na ALESP pela nossa Segunda Presidenta e Deputada Estadual, votada por unanimidade, revogamos o confisco salarial. Agora a luta é para que os valores sejam devolvidos.

O governo quer nos dividir, mas permaneceremos unidos. Uma unidade que vem se construindo ao longo dos anos e que se expressa em uma Diretoria formada por uma vasta gama de forças políticas e eleita por mais de 82% dos votos de professores e professoras no dia 26 de maio de 2023.

Diante desse cenário que impacta nossas ações docentes e, consequentemente nossas vidas e de nossos estudantes, o planejamento significa posicionamento político a favor do Direito à Educação. Isso implica em defender nosso profissionalismo e da profissionalidade enquanto professores/as e atuar consciente e criticamente junto aos estudantes e às estudantes para a garantia de seus direitos às aprendizagens e desenvolvimento.

SEJA UM/A PROFESSOR/A ATUANTE: SEJA UM REPRESENTANTE DE ESCOLA JUNTO AO SINDICATO.

Seja um/a professor/a atuante e agente da transformação no Sindicato e na comunidade escolar. Promova e participe da eleição dos/as representantes de escola (RE)

QUEM É REPRESENTANTE DE ESCOLA (RE)?

REPRESENTANTE DE ESCOLA - RE é a Professora ou o Professor eleito/a para representar a escola em que trabalha e seus/suas colegas perante o sindicato da categoria – a APEOESP

O mandato é de um ano. Cada escola pode eleger um/a RE por período.

O/A RE – é o canal de comunicação dos professores com o sindicato garantindo que as opiniões e reivindicações sejam levadas para o debate nas instâncias de decisão, dando encaminhamentos e soluções para problemas da escola e da categoria.

A eleição do/a RE, é o que garante a organização e o funcionamento democrático da APEOESP e fortalece o sindicato nas lutas em defesa dos interesses dos professores e das professoras e defesa da educação. Quanto maior a participação mais força e poder de negociação e maior possibilidade de vitórias nas lutas da categoria.

O RE é um elemento fundamental na luta por garantir condições dignas e adequadas de trabalho, assim como contribuir para as relações democráticas na escola.

QUANDO ACONTECE A ELEIÇÃO DO/A RE?

A Eleição do/a Representante de Escola deve acontecer no início de cada ano letivo, preferencialmente no planejamento escolar.

QUANDO E QUANTAS REUNIÕES TEREI QUE PARTICIPAR?

As reuniões de RE são realizadas trimestralmente por Subsede ou Regional. Elas antecedem às reuniões do Conselho Estadual de Representantes – CER.

Podem ocorrer também reuniões extraordinárias, de acordo com a necessidade das lutas e reivindicações da categoria.

IMPORTANTE: O/A RE tem sua participação garantida, sem prejuízo financeiro e na carreira, pois para isso conta com dispensa de ponto nas reuniões ordinárias, importante conquista da APEOESP, visando garantir a democracia e a participação no Sindicato.

REPRESENTANTES DE APOSENTADOSE APOSENTADAS

Fundamental para a atuação do nosso Sindicato é a participação dos aposentados e das aposentadas nos locais de trabalho, nas subsedes e na vida política das cidades e territórios, tomando posição também contra os desmandos do governo estadual.

Representante de Aposentado/a é o/a associado/a da APEOESP eleito/a pelos/as professores/as aposentados/as vinculados/as à subsede, na proporção de 1 (um) para cada 10 (dez), que tem por funções representá-los regionalmente junto às instâncias sindicais, manter seus pares informados dos encaminhamentos e das atividades desenvolvidas pela entidade; e realizar reunião dos aposentados e das aposentadas de sua região antes de cada reunião de representantes.

Se você é aposentada ou aposentado, participe!

*AVALIAÇÃO E
PLANEJAMENTO
COMO INCLUSÃO
PARA APRENDER E SE
DESENVOLVER NOS
PERCURSOS DA VIDA*

Vamos tomar a avaliação como nosso ponto de partida para o planejamento, situando os principais pontos de atenção a serem considerados no ano de 2024, bem como apresentando algumas “ferramentas” que podem ser aplicadas, tanto nos momentos pessoais e/ou coletivos entre os docentes e as docentes, quanto junto aos estudantes. O princípio é a clássica e já batida frase do Coelho para Alice, no filme ‘Alice no País das Maravilhas’: “se você não sabe para onde ir, qualquer caminho serve”.

Os pontos de atenção vêm da conjuntura e das práticas nas Escolas. Tarcísio/Feder sabem bem onde querem chegar: à barbárie na educação paulista e, posteriormente na educação brasileira. Para isto, subordinam todo o processo educacional ao atingimento de resultados de desempenho impostos pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outras agências multilaterais, baseadas em rankings e na meritocracia, como a APEO-ESP sistematicamente denuncia. Com isso, o planejamento anual da SEDUC torna-se um faz-de-conta, pois os objetivos já estão prévia e autoritariamente traçados e os professores se tornam meros leitores de apresentações e consumidores de pacotes, devidamente fiscalizados pelos coordenadores pedagógicos e disciplinados pelos diretores. O “Estado das Maravilhas” de Tarcísio é um Estado Mínimo, com um ensino aligeirado e acrítico.

E nós docentes? Onde queremos chegar? Embrenhados em uma profusão de concepções pedagógicas e intencionalidades educativas misturadas, pressionados pelas práticas autoritárias nas Escolas, perpetradas por muitos gestores, podemos, com toda razão, nos sentir perdidos quando se fala em avaliação e planejamento. E, mais ainda, muitos de nós, negando o trabalho coletivo, nos recolhendo ao individualismo fatalista, rejeitamos a organização em Sindicato para fazer valer nossos direitos. Com essa postura, nos tornamos meros preenchedores de planilhas e alimentadores de um sistema burocrático que nos escraviza, multiplica o bullying, adocece cotidianamente a ponto de chegarmos ao burnout e destrói nossa liberdade de cátedra, nossa autonomia e, mais ainda, nosso protagonismo enquanto cidadãos de direitos.

E nossos estudantes? Onde querem chegar? Aí sim, nós sabemos, porque interpretamos suas vontades, muitas vezes, atribuindo-lhes todas as causas do baixo desempenho que os governos nos exigem, no SARESP e no SAEB. Os estudantes “seguem o fluxo”, não reconhecendo nas atividades do “Projeto de Vida” qualquer esperança de um futuro melhor, nem mesmo a dignidade de viverem seus tempos de infâncias, adolescências e juventudes. Mesmo para estudantes mais abastados que estudam em escolas estaduais não há interseccionalidade nas políticas de educação, cultura, saúde, assistência, transporte, moradia e as demais que permitam materializar o tão falado “cidadão crítico, criativo, incluído”, que só existe no País das Maravilhas idealizado nos documentos oficiais do Conselho Nacional da Educação (CNE) e do Ministério da Educação (MEC).

Essas perguntas podem ser feitas também sobre o que esperam as famílias, as comunidades, as demais lideranças políticas, empresariais e sindicais.

Mas, nos atendo ao tema, perceba que, quando iniciamos por tratar o planejamento a partir da avaliação, construímos uma perspectiva diferente do processo educativo, questionando exatamente como os diferentes atores sociais

propõem intencionalidades e se apropriam ou desejam se apropriar dos respectivos resultados pretendidos.

Outros pontos de atenção são importantes neste ano de 2024 para se pensar o planejamento, para além de “conhecer o contexto e o entorno da escola” e “fazer um diagnóstico das aprendizagens dos estudantes”. Embora não façam parte do “cotidiano” imediato da Escola, assim como os desmandos e desmontes do Governo do Estado, impactam diretamente a ação docente e as aprendizagens.

Um deles é absorver os resultados da Conferência Nacional de Educação, a CONAE, considerando que mais de 90% do Plano Nacional de Educação (2014-2024) não foi cumprido, conforme análise da Campanha Nacional pelo Direito à Educação:

O PNE não está sendo cumprido. No lugar dele, são colocadas uma série de políticas públicas que vão na contramão do que ele preconiza: políticas discriminatórias, excludentes, de censura, e de esvaziamento da escola como lugar vivo, democrático, transformador e livre. Assim, o descumprimento do Plano Nacional de Educação está no centro da barbárie que toma a educação nacional (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2023, p. 2).

O desafio trazido pela CONAE é de aprovar um PNE que seja expressão do compromisso dos atores sociais com a Educação que seja efetivo. E isso implica em assumir uma perspectiva pedagógica emancipatória.

Combater a barbárie na educação é um dos compromissos dos docentes que defendem uma educação pública, universal, gratuita e de qualidade social. Por isso é importante debater junto aos demais professores sobre a CONAE, o PNE, bem como participar ativamente das discussões do Projeto Político-Pedagógico na Escola para orientar as ações educativas para a garantia efetiva dos direitos à educação, às aprendizagens ao longo da vida.

O outro ponto de atenção se refere às eleições municipais. As políticas públicas, implementadas ou negadas em cada cidade afetam diretamente a vida dos estudantes e professores. Não apenas diagnosticar o contexto da escola e dos estudantes, como mencionado, mas assumir a tarefa de propor políticas públicas e compromissos políticos para com a cidade como um espaço da cidadania transcultural é fundamental.

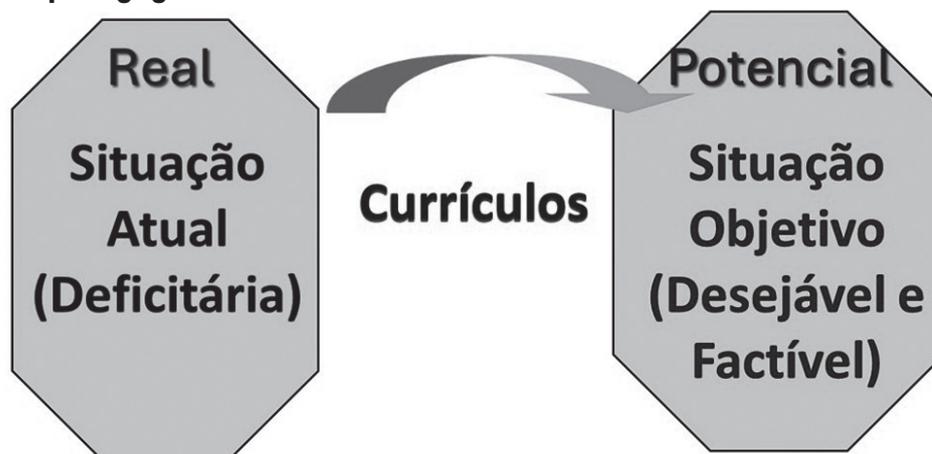
Observar o processo de ensino e aprendizagem na perspectiva da avaliação como base para o planejamento nos conduz a compreender nossas atividades como multidimensionais e multidirecionais, como ilustrado na figura a seguir.

Figura 1. Ciclo do planejamento, desenvolvimento e avaliação



Deve-se pensar os processos a partir da análise da situação e, assim, decidir seguir a direção para traçar objetivos (sentido horário na figura) ou na direção oposta iniciando pela definição da avaliação. Como nos ensina Vygotsky, na dialética do real e potencial, é preciso projetar a situação objetivo (desejável e factível) a partir da situação atual (deficitária). E quem faz a “ponte” entre o real e o potencial é o currículo, ou seja, o percurso traçado para caminhar juntos entre docentes e estudantes.

Figura 2. Relação entre o real e o potencial no processo de construção do percurso pedagógico



O foco do planejamento, então, passa a ser as aprendizagens. Mas, o que é aprender? Anísio Teixeira nos ensina:

“Aprender significa ganhar um modo de agir. Aprendemos, quando assimilamos uma coisa de tal jeito que, chegado o momento oportuno, sabemos agir de acordo com o aprendido (TEIXEIRA, 1971, p. 45-44)”

Todo o planejamento deve ser, portanto, orientado à ação no mundo, como afirma Paulo Freire insistentemente. O estudante, ao se identificar no mundo e compreender sua inserção, se afirma como persona competente, podendo constituir-se como sujeito autônomo. E, com isso, desembocar em um Projeto de Vida produzido “de dentro” e não imposto “de fora”.

Apresentamos, a seguir, uma matriz autoexplicativa que pode contribuir para pensar avaliação e planejamento, ao propor as atividades em sala de aula, o que inclui também os projetos e demais atividades:

Componente curricular		Ano e Série:	
Eixo Temático:	Descrição Sumária do Currículo Paulista	Recursos utilizados	Indicadores de Avaliação
<i>Insira o Eixo Temático</i>			
OBJETIVO SUPERIOR	<i>Escreva aqui o objetivo principal da aula</i>	<i>Indicar a disposição dos tempos, espaços,</i>	<i>Pensar avaliação de cada item</i>
DETALHE DO OBJETIVO	<i>Escreva o detalhe do Objetivo</i>	<i>materialidades, interações e narrativas</i>	<i>Pensar avaliação de cada item</i>
HABILIDADE DO CURRÍCULO PAULISTA	<i>Localize e escreva aqui a Habilidade respectivo conforme o Currículo Paulista (colocar o Código também)</i>	<i>Pensar recursos de cada item</i>	<i>Enfatize o atingimento do Habilidades e as "continuidades"</i>
ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS E DESENVOLVIMENTO DA AULA	<i>Escreva detalhes sobre estratégias a serem utilizadas</i>	<i>Pensar recursos de cada item</i>	<i>Pensar avaliação de cada item</i>
DETALHES E OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	<i>Elementos relevantes não encaixados nos itens anteriores</i>	<i>Pensar recursos de cada item</i>	<i>Pensar avaliação de cada item</i>

A seguir, elencamos alguns tópicos para serem considerados como premissas do processo de avaliar e planejar como inclusão para aprender e se desenvolver nos percursos da vida:

- avaliar e planejar é propiciar oportunidades, compreendendo que o cuidar e o educar as pessoas ocorre ao longo da vida, em diferentes contextos e ambientes, para o bem-estar global, com interações mente, corpo e ambiente;
- só é possível propor intencionalidade educativa na avaliação e planejamento se nós atingimos as múltiplas dimensões da pessoa de modo multirreferenciado, do contrário ela será simplesmente parcial, redutora da criatividade e acrítica.
- a avaliação tem como intencionalidade, mais do que aferir ou mensurar os níveis de conhecimento e de desenvolvimento de competências, lançar possibilidades para o desenvolvimento pleno do sujeito, especialmente contribuindo para seu projeto de vida ou, quando este não é explicitado, que favoreça trajetórias positivas no percurso da vida.

Também nos deparamos com alguns paradoxos, pois as diferentes formas de avaliar e planejar servem a múltiplos propósitos: oferecer feedback, propiciar a autorregulação, subsidiar tomada de decisões, entre metas do sistema, da escola e metas pessoais. E isso faz com que contradições ocorram nos processos de avaliação e planejamento, uma vez que as definições de competências são variadas e as intencionalidades contraditórias, como vimos na tentativa do Governo Tarcísio/Feder implantar a barbárie nas Escolas.

Mas é preciso destacar que os estudantes devem ser envolvidos nos processos de avaliação e planejamento. A autorregulação é um caminho a ser estimulado amplamente, com maior protagonismo dos próprios estudantes. Isso traz muitas vantagens para suas aprendizagens e desenvolvimento.

Portanto a avaliação formativa, em um contexto de planejamento de uma

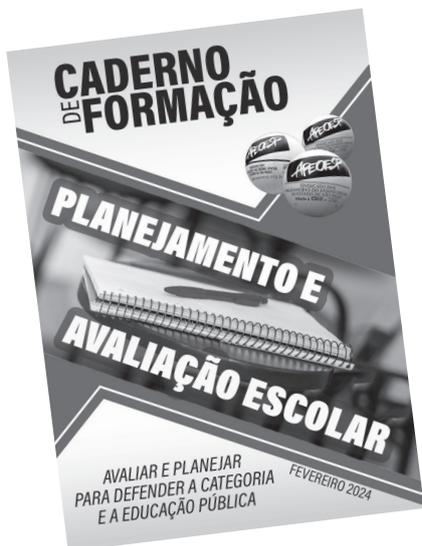
pedagogia emancipatória, é um processo de ruptura contra a pedagogia tradicional e autoritária que ainda é vigente na maioria das escolas. Por isso, precisa de apoio de várias frentes e profissionais, em uma perspectiva transdisciplinar e interseccional, para reduzir os riscos de despersonalização e a consequente ocorrência de situações críticas nas escolas, como por exemplo, massacres e ataques terroristas. Pois a ideologia neoliberal é exercida por meio da necropolítica.

Para uma avaliação e planejamento personalizados é preciso fundamento teórico e muito trabalho coletivo e compromisso de todos os envolvidos, para se tornar, de fato, um processo de autorregulação, para uma Educação Híbrida ao Longo da Vida. Compreendendo o híbrido não como o “remoto”, mas como a mistura de diferentes contextos e ambientes de aprendizagem, que favoreçam os direitos às aprendizagens e ao desenvolvimento.

Faz-se necessária uma atuação em rede com os demais serviços públicos, para que a educação tenha por intencionalidade o bem-estar, na perspectiva emancipatória ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

- CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Balço do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2023. Disponível em:
- CNTE. **Planejamento Estratégico Situacional**. Brasília: CNTE, 2014. Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/esforce/pdf/programaformacao_eixo03_fasciculo01_planejamentoestrategicosituacional.pdf. Acesso em 19 jan. 2024.
- GTZ. ZOPP. **Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos**: um guia de orientação para o planejamento de projetos novos e em andamento. Eschborn: GTZ, 1998.
- HUERTAS, Franco. O método PES: entrevista com Matus. São Paulo: Fundap, 1996. Disponível em: <https://ufabcegp.files.wordpress.com/2014/10/trabalho-metodo-pes1.pdf>. Acesso em 19 jan. 2024.
- MATUS, Carlos. **Fundamentos do Planejamento Estratégico Situacional**. In: RIVERA, FJU. Planejamento e programação em saúde: um enfoque estratégico. São Paulo: Cortez-Abrasco; 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7127762/mod_resource/content/3/Texto-14-Matus-FundamentosDoPlanejamentoSituacional-1984.pdf. Acesso em 09 jun. 2021.
- NORONHA, Maria Izabel de Azevedo. **Qualidade da educação**: qualificação e valorização dos profissionais da educação. São Paulo: Apeoesp, 2018. 288 p.
- PFEIFFER, Peter. O quadro lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT José Luiz (orgs.). **Planejamento e orçamento governamental**; coletânea, v.1. Brasília: ENAP, 2006. 2 v. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/806/1/Colet%C3%A2nea%20Planejamento%20e%20Or%C3%A7amento%20-%20O%20quadro%20l%C3%B3gico.pdf>. Acesso em 09 jun. 2021.
- SILVA, Fernando F. A Educação Híbrida ao Longo da Vida em “Vidas Híbridas”. **JC Concursos**, 2022. Disponível em: <https://jconcursos.com.br/noticia/brasil/educacao-hibrida-ao-longo-da-vida-em-vidas-hibridas-105192>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- TEIXEIRA, Anísio. **Pequena introdução à filosofia da educação**: a escola progressiva ou a transformação da escola. 6. Ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1971.

**Consultoria, Assessoria e produção de textos:**

Prof. Dr. Fernando Franzoi da Silva

Colaboração:

José Rocha

Organização e coordenação:

Fernando Franzoi da Silva

Revisão:

Fernando Franzoi da Silva

Luís Brandino

Diagramação:

Carlos Roberto Ferreira dos Santos

Equipe da Secretaria de Formação:

Sílvia Regina Linhares dos Santos

Lucas Fuganholi da Silva

Supervisão Geral:

Flaudio Azevedo Lima - Secretário de Formação

DIRETORIA DA APEOESP - TRIÊNIO 2023-2026**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Primeiro Presidente: Fábio Santos de Moraes; **Segunda Presidenta:** Maria Izabel Azevedo Noronha; **Primeira Secretária Geral:** Zenaide Honório; **Segundo Secretário Geral:** Sérgio Martins da Cunha; **Secretário de Finanças:** Roberto Guido; **Vice-Secretário de Finanças:** Miguel Noel Meirelles; **Secretário de Administração:** Odimar Silva; **Vice-Secretário de Administração:** Edivaldo Máximo; **Secretária de Patrimônio:** Tereza Cristina Moreira da Silva; **Vice-Secretária de Patrimônio:** Maria José Carvalho Cunha; **Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Francisca Pereira da Rocha Seixas; **Vice-Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Paulo José das Neves; **Secretário de Comunicações:** Francisco de Assis Ferreira; **Vice-Secretário de Comunicações:** Rui Carlos Lopes de Alencar; **Secretário de Formação:** Flaudio Azevedo Lima; **Vice-Secretária de Formação:** Eliane Martiniano de Souza; **Secretária de Política Sindical:** Poliana Fé do Nascimento; **Vice-Secretário de Política Sindical:** Luciano Delgado; **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Walmir Siqueira; **Vice-Secretária de Legislação e Defesa dos Associados:** Ozani Martiniano de Souza; **Secretária de Políticas Sociais e Promoção da Igualdade Racial:** Rita de Cássia Cardoso; **Vice-Secretário de Políticas Sociais e Promoção da Igualdade Racial:** Richard Araújo; **Secretária para Assuntos do Aposentado:** Floripes Ingracia Borioli Godinho; **Vice-Secretário para Assuntos do Aposentado:** Maurício Cavalcante dos Santos; **Secretária para Assuntos da Mulher:** Suely Fátima de Oliveira; **Vice-Secretária para Assuntos da Mulher:** Eliana Nunes dos Santos; **Secretário para Assuntos Municipais:** Douglas Martins Izzo; **Vice-Secretária para Assuntos Municipais:** Paula Cristina Oliveira Penha; **Secretária de Direitos Humanos:** Mônica Antonio da Silva Fernandes; **Vice-Secretário de Direitos Humanos:** Jesse Pereira Felipe; **Secretária de Assuntos relativos à Saúde do Trabalhador em Educação:** Solange Aparecida Benedeti Penha; **Vice-Secretário de Assuntos relativos à Saúde do Trabalhador em Educação:** Josafá Rehem Nascimento Vieira; **Secretário de Assuntos relativos aos Trabalhadores em Educação com Deficiência:** Rodolfo Alves de Souza; **Vice-Secretária de Assuntos relativos aos Trabalhadores em Educação com Deficiência:** Maria Regina de Souza Sena; **Secretário Geral de Organização:** Leandro Alves Oliveira; **Secretária de Organização para a Capital:** Ana Paula dos Santos Lima; **Secretário de Organização para a Grande São Paulo:** Fábio Santos Silva; **Secretária de Organização para o Interior:** Andréia Oliveira de Souza Soares; **Secretária de Organização para o Interior:** Cilene Maria Obici; **Secretária de Organização para o Interior:** Eliane Aparecida Garcia; **Secretária de Organização para o Interior:** Sonia Maria Maciel.

DIRETORIA ESTADUAL COLEGIADA:

Ademar de Assis Camelo; Aldo Josias dos Santos; Alexandre Tardelli Genesi; Alfredo Andrade da Silva; Ana Amália Pedroso Curtarelli; Ana Claudia dos Santos; Ana Lúcia Santos Cugler; Anita Aparecida Rodrigues Marson; Antonio Carlos Silva; Antonio Gandini Junior; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carlos Roberto dos Santos; Carmen Luiza Urquiza de Souza; Claudio Juhrs Rodrigues; Claudio Marta de Carvalho; Cléofas Teixeira Barbosa; Cloves Soares Lauton; Dagmar Aparecida Rodrigues Silveira; Déborah Cristina Nunes; Denise Alves Moreira; Dorival Aparecido da Silva; Edivaldo de Marchi; Evaristo Balbino da Silva; Fábio Henrique Granados Sardinha; Fátima Aparecida Rodrigues dos Santos de Campos; Geraldo Cesar Martins de Oliveira; Gilmar Ribeiro; Hamed Mauch Bittar; Jefferson de Albuquerque Cypriano Rosa; João Luís Dias Zafalão; Joaquim Soares da Silva Neto; Jorge Leonardo Paz; José Bonfim Ferreira do Prado; José Carlos Brito Silva; José de Jesus Costa; José Geraldo Corrêa Junior; José Reinaldo de Matos Lima; Josefa Gomes da Silva, Joselei Francisco de Souza; Jovina Maria da Silva; Juvenal Aguiar Penteado Neto; Karen Aparecida Silveira; Leonor Penteado dos Santos Peres; Luci Ferreira da Silva; Luís Antonio Nunes da Horta; Luzelena Feitosa Vieira; Marcio de Oliveira Santos; Marcos Rogério Jesus Chagas; Maria Carlota Niero Rocha; Maria Consoladora da Silva; Maria de Lourdes Cavichiole; Maria de Lourdes Mantovani Pavam; Maria Helena de Carvalho; Maria José Blondel Enrione; Maria Lícia Ambrosio Orlandi; Matheus Corrêa Siqueira; Mauricio Avancini; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Pedro Alberto Vicente de Oliveira; Regina Célia de Oliveira; Ricardo Augusto Botaro; Rita Leite Diniz; Roberto Fernandes Tofoli; Roberto Mendes; Rodolfo Vieira Saraiva; Ronaldo Torelli; Ronaldo Nascimento Mota; Rosa Maria de Araújo Fiorentin; Rosane de Matos; Sílvio Carlos da Silva Prado; Suzi da Silva; Uilder Cácio de Freitas; Vânia Pereira da Silva; Willian Hugo Correa dos Santos; Wilson Augusto Fiuza Frazão; Yara Aparecida Bernardi Antonialli.



APEOESP
SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
www.apeesp.org.br

APEOESP
SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CNE** e **CUT**

APEOESP
SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CNE** e **CUT**